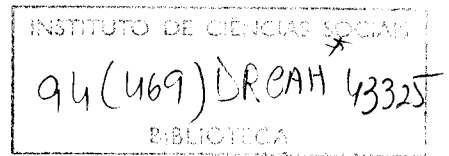


**Actas do Colóquio**  
***Hintze Ribeiro (1849-1907)***  
***da Regeneração ao Crepúsculo da Monarquia***



**Actas do Colóquio**  
***Hintze Ribeiro (1849-1907)***  
***da Regeneração ao Crepúsculo da Monarquia***

*Título*

**Actas do Colóquio**

***Hintze Ribeiro (1849-1907)***

***da Regeneração ao Crepúsculo da Monarquia***

*Edição*

Presidência do Governo Regional dos Açores / Direcção Regional da Cultura  
Angra do Heroísmo / 2010

*Colaboração*

Universidade dos Açores

*Concepção, paginação, revisão e impressão*

Bizex – Consultoria, Gestão e Execução de Projectos

*ISBN*

978-972-647-232-2

*Depósito Legal*

306010/10



**Governo dos Açores**

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Direcção Regional da Cultura

## Hintze Ribeiro e o Liberalismo Conservador (1879-1887)

*Paulo Jorge Fernandes*

### **Introdução**

Deputado aos 28 anos, ministro aos 31, candidato a líder partidário aos 37, presidente do Conselho de Ministros aos 43, o que fez dele o mais novo Presidente do Conselho dos últimos 60 anos, Ernesto Hintze Ribeiro foi o protagonista de uma tão notável como precoce carreira pública. Quando morreu, em Agosto de 1907, tinha exercido todos os mais altos cargos que cabiam nas aspirações de um político em Portugal. Em 1878, foi eleito pela primeira vez para o parlamento com o beneplácito de Fontes Pereira de Melo, que viu nele mais do que um moço com talento. Em São Bento, rapidamente se distinguiu pela argúcia dos argumentos e pela eloquência das intervenções. Passados três anos foi escolhido para ministro das Obras Públicas, que acumulou depois com os Negócios Estrangeiros do chamado “governo dos meninos”, liderado por António Rodrigues Sampaio e de que faziam parte os também jovens estreantes Lopo Vaz de Sampaio e Melo e Júlio de Vilhena, seus antigos colegas na Universidade de Coimbra.

Desta vez, o protagonista não era o inevitável Sr. Fontes, mas foi ele quem permitiu que as figuras emergentes do seu partido partilhassem entre si as pastas politicamente mais sensíveis. A oportunidade foi entendida como um teste. Os “meninos” constituíam a face visível de uma ala radical do Partido Regenerador, a chamada “regeneração preta”, disposta a discutir a sua liderança, agrupada em torno da figura de Barjona de Freitas. O seu plano político passava pela eliminação do Partido Progressista, levada a cabo através de uma “guerra de extermínio”, que seria concretizada nas eleições legislativas de Agosto de 1881. Os progressistas, antes maioritários na câmara dos deputados, ficaram reduzidos a uns escassos seis lugares e à beira da extinção.

Hintze Ribeiro desenvolveu um entendimento diferente do que seria o futuro do centro-direita em Portugal e ameaçou bater com a porta, recusando-se a colaborar na eliminação da oposição. Aproximou-se, então, ainda mais da facção “fontista”, o que lhe valeu uma promoção na sucessão governamental de 1881. Fez carreira como Ministro da Fazenda, deixando uma obra relevante para quem tinha pouca idade e menos experiência. Quando Fontes Pereira de Melo morreu inesperadamente, no início de 1887, o seu nome

foi logo apontado, naturalmente, como um dos mais capazes para tomar conta do Partido Regenerador.

O presente texto pretende analisar os anos iniciais da trajectória ascendente de Hintze Ribeiro na vida política nacional, compreender qual o seu posicionamento no contexto da evolução das várias sensibilidades que integravam o campo político ao qual era afecto e deixar um olhar retrospectivo sobre a sua acção ministerial colocada em prática durante o período em apreciação.

### A escolha de um caminho na política

Hintze Ribeiro nasceu em Ponta Delgada, a 7 de Novembro de 1849, na antiga Rua do Frade, que posteriormente assumiu o seu nome. Era filho de Manuel José Ribeiro Magalhães, um negociante, natural de Guimarães, estabelecido em São Miguel, e de D. Emília Carolina Hintze, senhora de origem alemã e que descendia também de uma família ligada ao mundo dos negócios. O jovem Ernesto passou a infância na sua ilha natal, onde fez parte dos estudos liceais, que viria a completar já em Coimbra. Na cidade do Mondego travou amizade com Júlio de Vilhena, seu parceiro de academia, que, por ironia do destino, lhe viria a suceder na chefia do Partido Regenerador, em 1907, e foi companheiro de Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Marçal Pacheco e Manuel de Assunção, futuras figuras de proa da mesma força política. Em 1867, inscreveu-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, distinguindo-se logo como aluno “brilhantíssimo”<sup>(1)</sup>. Hintze Ribeiro doutorou-se em Leis, em 14 de Julho de 1872, quando ainda não tinha 23 anos completos. Findos os estudos, regressou a Ponta Delgada para abrir banca de advogado numa casa em frente da que o viu nascer. Na altura, partilhou o espaço com seu irmão Artur, médico formado em Coimbra e que, igualmente, viria a ser deputado. Ernesto Hintze Ribeiro rapidamente se fez notar nos meios ilhéus como causídico de mérito. O novo advogado revelou uma cultura fora do comum, aliando os seus conhecimentos técnicos à eloquência que colocava na defesa dos seus clientes no Tribunal de Ponta Delgada.

Animado pelo sucesso profissional obtido e com a intenção de recuperar a saúde debilitada (era asmático), em Outubro de 1877 partiu novamente para o Continente, fixando-se em Lisboa com o propósito de aí se dedicar à advocacia. Em Julho do ano seguinte já partilhava um escritório com o seu antigo colega de Coimbra, Júlio de Vilhena. Simultaneamente, o seu talento viria a ser notado nos meios políticos. Filiou-se no Partido Regenerador e, em Outubro de 1878, candidatou-se a deputado nas eleições legislativas, pelo círculo de Figueiró dos Vinhos, onde seria derrotado por António Alberto Torres Carneiro, ligado ao Partido Constituinte. Entretanto, um grupo de amigos decidiu propor o seu nome nas mesmas eleições, mas pelo círculo da Ribeira Grande, contando com o apoio do Governo. O próprio Fontes Pereira de Melo acedeu em incluí-lo entre os candidatos oficiais do seu partido. Os influentes de São Miguel, todavia, já tinham escolhido outro aspirante ao lugar em São Bento. Hintze Ribeiro quis desistir, remetendo para Fontes Pereira de

Melo a decisão final sobre o assunto. Acabou por ir a votos. A eleição registou um empate entre os dois regeneradores e o pretendente progressista. Pouco depois, a 3 de Novembro, a votação seria repetida. Hintze Ribeiro recebeu, então, o maior número de sufrágios. A poucos dias de fazer 29 anos, tinha ganho a sua primeira grande batalha política. Seria logo notado no Parlamento pelos seus atributos oratórios e nas eleições seguintes, ocorridas em Outubro de 1879, conseguiu ser reeleito pelo círculo da Ribeira Grande, desta vez sem as dificuldades sentidas anteriormente.

Por esta altura, o jovem notável açoriano tinha já adquirido alguma projecção nos círculos de decisão política no interior do Partido Regenerador, ao ponto de se ter tornado ele próprio um crítico da gestão de António de Serpa Pimentel na pasta da Fazenda nos momentos finais do Governo de 1878-1879<sup>(2)</sup>. Foi o primeiro sinal de que o deputado natural de São Miguel não estava disposto a ser apenas mais um na bancada parlamentar regeneradora.

A confirmação do seu ascendente verificou-se quando os membros do seu partido decidiram criar as primeiras dificuldades ao Executivo seguinte, o primeiro governo progressista, a cargo da tutela política de Anselmo José Braamcamp e José Luciano de Castro. O combate em São Bento pelo lado regenerador, foi encomendado aos deputados mais novos. Entre essas vozes, fez-se notar a de Hintze Ribeiro, o primeiro a declarar publicamente em São Bento o que todos os correligionários pensavam, considerando o programa da Granja como altamente subversivo<sup>(3)</sup>. Em conjunto com Lopo Vaz e Júlio de Vilhena, os jovens delfins regeneradores e que formavam um grupo dotado de alguma coesão granjeada desde os tempos de estudantes em Coimbra, apresentaram uma moção de censura ao novo ministério, que seria aprovada por 75/29 votos, uma vez que os progressistas se encontravam em minoria na câmara baixa<sup>(4)</sup>.

A situação seria corrigida em Outubro com a realização de eleições. Os regeneradores ficaram apenas com 21 lugares (15,3%), mas Hintze Ribeiro não perdeu protagonismo. Apesar de terem passado à oposição, o que poderia ser aproveitado para unificar posições, notava-se alguma falta de articulação entre as várias sensibilidades regeneradoras, o que era sintomático da fractura já existente no interior do partido. Atestando esta situação, em Fevereiro de 1880, Dias Ferreira – que oscilava entre as fileiras do Partido Constituinte e o piscar de olhos aos regeneradores – e Hintze Ribeiro apresentaram cada um a sua

<sup>(2)</sup> Francisco Maria Supico (1995), *As Escavações*, Vol. III, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, p. 1371.

<sup>(3)</sup> Hintze Ribeiro considerava o novo executivo fraco, sem autoridade ou força política para governar: Anselmo Braamcamp, “velho e gasto”, não podia trazer novidades; o Marquês de Sabugosa e João Crisóstomo faziam o que lhes mandavam; Barros Gomes, “um jesuíta”, não tinha experiência e Adriano Machado era um “maçador insuportável”, reconhecendo “certa importância” a José Luciano e a Saraiva de Carvalho, mas estes dois tinham o senão da “bossa da inconveniência, o que é capital defeito em política”. Na sobra, restava “o poder oculto”, reconhecendo o regenerador em Mariano de Carvalho, o “factor supremo” de influência da governação. Francisco Maria Supico (1995), *As Escavações*, Vol. III, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, p. 1370.

<sup>(4)</sup> *Diário Popular*, de 3 de Junho de 1879, p. 1.

<sup>(1)</sup> Queirós Veloso (1849), *Elogio Histórico de Hintze Ribeiro*, Lisboa, Ottosgráfica, p. 3.

moção de censura ao Governo, que seriam amplamente rejeitadas, revelando a total falta de articulação entre as forças da oposição<sup>(5)</sup>.

Com efeito, do mesmo modo que o Partido Progressista não passava de uma agremiação de sensibilidades políticas com origens distintas, divididas entre ex-históricos e ex-reformistas unidos em torno da figura mais consensual de Anselmo José Braamcamp, justamente porque este, de todos “marechais” progressistas, seria o que deteria menos poder pessoal; também o Partido Regenerador se apresentava segmentado entre uma ala que poderemos designar por doutrinária ou conservadora, os “avançados” ou os “radicais”, para usar a expressão de Gustavo Nogueira Soares, e os “oportunistas” ou “fontistas”<sup>(6)</sup>.

Os principais nomes da primeira corrente seriam o Conde de Casal Ribeiro e Martens Ferrão. Ambos se assumiam como cartistas puros. O primeiro emprestou o seu nome à tentativa de revisão da Câmara dos Pares, em 1878, embora seguindo um modelo que não alterava substantivamente as prerrogativas do poder moderador. Na altura, a medida surgiu para contrabalançar a reforma eleitoral “avançada”, proposta ainda por António José de Ávila, em 1877, mas só formalizada por Fontes Pereira de Melo, posteriormente.

Todavia, Casal Ribeiro aproximava-se das posições de Fontes Pereira de Melo em matéria de política fiscal, quando defendia que o País podia e devia pagar mais impostos. Era pela reforma da Fazenda, sobretudo, no caso das matrizes prediais. Martens Ferrão, pelo seu lado, seria durante anos o principal garante do funcionamento das instituições, enquanto Procurador-Geral da Coroa (1868-1885), alcançando o título honorífico de Vice-Presidente da Câmara dos Pares (1879-1883)<sup>(7)</sup>.

Os ditos “avançados” eram personalizados principalmente por Barjona de Freitas e Lopo Vaz de Sampaio e Melo, sendo este um ex-reformista, recorde-se, e que por sinal foi um dos inspiradores da reforma eleitoral de 1878. Júlio de Vilhena será outro dos nomes que se irá colar à ala de Barjona de Freitas, assim como Marçal Pacheco ou Augusto Fuschini<sup>(8)</sup>.

Os “oportunistas” apresentavam Fontes Pereira de Melo à cabeça, secundado por António de Serpa Pimentel, António Rodrigues Sampaio (fazia a ponte com os “avançados”), Andrade Corvo, Tomás Ribeiro (colaborador de Fontes Pereira de Melo na elaboração dos discursos da Coroa) ou António Cardoso Avelino<sup>(9)</sup>. Hintze Ribeiro posicionou-se

<sup>(5)</sup> Lourenço Caiola (1929), *Revivendo o Passado*, Lisboa, Imprensa Limitada, pp. 49-53.

<sup>(6)</sup> *Diário Popular*, de 9 de Março de 1878, p. 1; *Idem*, de 18 de Abril de 1878, p. 1 e Rafael Bordalo Pinheiro (2003), *Álbum das Glórias*, Lisboa, Frenesi, pp. 13-14.

<sup>(7)</sup> Anónimo (1862), *O País, os partidos, a reacção e o Sr. Ávila. Opúsculo oferecido ao povo português por um desiludido*, Lisboa, Typographia de José da Costa Nascimento Cruz, p. 15 e p. 17.

<sup>(8)</sup> *Diário Popular*, de 15 de Janeiro de 1880, p. 1.

<sup>(9)</sup> As diferenças entre regeneradores “doutrinários” e “oportunistas” passavam também por um entendimento distinto do que seriam as relações de poder entre o executivo e o moderador. Em certa ocasião, conta-se que estando Casal Ribeiro a elucidar alguns amigos sobre as virtudes do Direito Constitucional, passou Fontes Pereira de Melo, que ouvindo qual era o assunto interrompeu o Conde para sentenciar: “Não se canse; neste país o direito público constitucional é o rei”, embaraçando Casal Ribeiro. Verdadeiro ou imaginado, o diálogo vinha confirmar que Fontes Pereira de Melo baseava o seu protagonismo político num projecto de confiança pessoal com o paço, enquanto para Casal Ribeiro a Constituição e as leis estavam acima de qualquer entendimento ou arranjo político de circunstância. *Diário Popular*, de 10 de Janeiro de 1879, p. 1.

neste xadrez político junto da facção “fontista” dominante. Pelas relações pessoais e pela juventude, no início da sua carreira foi um dos construtores da ponte com os “avançados” até se converter ele próprio num pólo de poder atractivo.

### As primeiras funções governativas

Quando, em Março de 1881, os regeneradores foram novamente chamados por D. Luís para assumir o governo da nação, substituindo a mal sucedida experiência progressista, o político açoriano voltaria a estar em lugar de destaque. Assim que se confirmou a composição definitiva do gabinete a surpresa não podia ser maior. António Rodrigues Sampaio guardou para si as pastas da Presidência e do Reino, António José de Barros e Sá era o novo ministro da Justiça, Caetano Pereira Sanches de Castro o da Guerra, Miguel Martins Dantas ficava com os Negócios Estrangeiros, Júlio de Vilhena com a Marinha, Lopo Vaz de Sampaio e Melo com a Fazenda e Hintze Ribeiro com as Obras Públicas. Todos, à excepção de Rodrigues Sampaio, subiam aos Conselhos da Coroa pela primeira vez. Para além disso, os últimos três, que ocupavam pastas sensíveis, pois envolviam a conclusão da questão do Tratado de Lourenço Marques<sup>(10)</sup>, a resolução do eterno problema do défice das contas públicas e do polémico imposto sobre o rendimento – proposto por Barros Gomes – e a continuidade da política de melhoramentos materiais, eram considerados demasiado jovens para as responsabilidades que agora recebiam e estavam demasiado conotados com a facção de Barjona de Freitas, alternativa à linha de Fontes Pereira de Melo. Júlio de Vilhena, Lopo Vaz e Hintze Ribeiro tinham 36, 32 e 31 anos, respectivamente. Por esta razão, o novo ministério foi logo baptizado como “o governo dos meninos”.

A média etária dos ministros parecia dar razão aos críticos quando se observou que se tratava de uma situação de transição, não se compreendendo como é que “homens de talento e de futuro” como Lopo Vaz<sup>(11)</sup>, Júlio de Vilhena e Hintze Ribeiro tinham aceiteado fazer parte da nova administração<sup>(12)</sup>. Só havia uma explicação para tal facto: Fontes Pereira de Melo com a sua costumeira argúcia estava na disposição de patrocinar o Governo com o objectivo de “inutilizar por algum tempo homens de futuro, cuja submissão às suas vontades não lhe está completamente segura. Afaga-lhes o natural amor-próprio, em bom sentido o dizemos, deixando-os entrar agora; impossibilita-os para a definitiva administração regeneradora; temporariamente desfaz as tentativas do Sr. Barjona para ser chefe de uma

<sup>(10)</sup> A questão do Tratado de Lourenço Marques tinha conduzido a um diferendo com a Inglaterra e com os meios políticos radicais a nível interno. Paulo Jorge Fernandes (2007), *O “Poder Oculto”. Biografia Política de Mariano Cirilo de Carvalho*, dissertação de Doutoramento em História Institucional e Política dos Séculos XIX-XX, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 239 e seguintes.

<sup>(11)</sup> Aos 32 anos era Director-Geral das Alfândegas e Contribuições Directas depois de ter sido, em Setembro de 1878, nomeado como Director-Geral da Instrução Pública. Alberto Pimentel (1891), *Lopo Vaz de Sampaio e Melo: esboço biográfico*, Lisboa, Adolpho, Modesto & C.ª.

<sup>(12)</sup> Júlio de Vilhena era Ajudante do Procurador-Geral da Coroa e Hintze Ribeiro sobressaía já como um dos mais promissores deputados regeneradores.

situação radical regeneradora”<sup>(13)</sup>. Por outras palavras, tratava-se de um teste para aferir a capacidade da oposição à facção “fontista” para lidar com os assuntos da governação.

Logo em finais de Abril, o Executivo teve de proceder à sua primeira remodelação. O ministro dos Estrangeiros, o embaixador Miguel Dantas, manifestou a sua intenção de abandonar o elenco governativo. Afinal, nunca tinha querido o lugar, somente o aceitando porque fora pressionado para tal. A 27 do mesmo mês, o Conselho de Ministros convidou António de Serpa para o lugar, mas este não anuiu à chamada evocando “razões políticas”. Percebia-se que havia alguma tensão entre António de Serpa e Rodrigues Sampaio. O primeiro fora ministro em 1859, enquanto o segundo apenas seria chamado, e por breves instantes, em 1870, durante a confusão da “Saldanhada”. Para António de Serpa, que se achava merecedor de uma outra atenção, integrar um governo liderado pelo director de *A Revolução de Setembro* era uma despromoção inaceitável. Não se via ao mesmo nível dos restantes ministros, alguns deles com cerca de metade da sua idade. Seguidamente, foram convidados José Vicente Barbosa du Bocage, o Conde de Rio Maior e Mendes Leal<sup>(14)</sup>, mas todos viriam, igualmente, a recusar o posto. Foi, então, escolhida uma solução de recurso, dadas as dificuldades em colmatar a saída de Miguel Dantas. Hintze Ribeiro aceitou contrafeito acumular a pasta das Obras Públicas com a dos Negócios Estrangeiros, embora esta apenas interinamente. Como, entretanto, Rodrigues Sampaio não conseguiu encontrar ninguém disponível fora do círculo governamental, a nomeação tornou-se definitiva<sup>(15)</sup>. Refira-se que Miguel Dantas prosseguiu tranquilamente a sua carreira diplomática em Londres e Bruxelas. Mariano de Carvalho, explicando o que tinha levado à saída do embaixador do gabinete, escreveu no *Diário Popular* que um seu amigo, que não identificou, teria ouvido o ex-ministro dizer em Santa Apolónia no dia da partida para Inglaterra que, finalmente, “estava livre das crianças”<sup>(16)</sup>, aludindo ao facto dos jovens companheiros de gabinete se encontrarem à procura de chamar as atenções, o que, aliás, não era mentira como o futuro imediato veio a comprovar.

No interior do Partido Regenerador continuava uma luta surda e quase invisível por protagonismo. A improvável composição do gabinete tornou-se num obstáculo para a sua sobrevivência prolongando-se a instabilidade do Executivo. Deixado de fora, alegadamente, Barjona de Freitas terá pressionado o próprio Rodrigues Sampaio para lhe deixar a presidência do ministério, papel a que o director de *A Revolução de Setembro* não se quis prestar. Em alternativa, o mesmo Barjona de Freitas aceitava que Fontes Pereira de Melo fosse guiado a tal posição desde que ele ficasse com o Ministério do Reino numa futura recomposição do gabinete, mas Fontes Pereira de Melo também recusou a proposta. Por

<sup>(13)</sup> *Diário Popular*, de 25 de Março de 1881, p. 1.

<sup>(14)</sup> Logo a seguir, por morte do Duque de Ávila, Mendes Leal seria admitido no Conselho de Estado.

<sup>(15)</sup> Hintze Ribeiro, pela sua idade e menor experiência diplomática, não se considerava o homem indicado para o cargo, que aceitou por pressão do Rei. Alegadamente, teria sido Fontes Pereira de Melo a promover o nome do jovem regenerador açoriano junto do Paço para este efeito. *Diário Popular*, de 30 de Abril de 1881, p. 1 e José Bruno Carreiro (1949), “Hintze Ribeiro”, in *Insulana*, n.º 3 e 4, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1949, pp. 171-172.

<sup>(16)</sup> *Diário Popular*, de 3 de Maio de 1881, p. 1.

outro lado, Barros e Sá teimava em não ceder o seu lugar. Só abandonava o cargo se caísse o Governo, pois não queria pagar a factura política do momento sozinho. Enquanto isso, a imprensa de Lisboa entretinha-se a jogar com o nome dos ministros que saíam e dos que entrariam para o Executivo. Rodrigues Sampaio, Lopo Vaz e Júlio de Vilhena eram dados como fora dos Conselhos da Coroa; Fontes Pereira de Melo estava certo na Presidência, Tomás Ribeiro no Reino e Francisco Costa na Marinha. A figura de Serpa Pimentel era indicada para a Fazenda, mas acaso voltasse a recusar o convite a pasta ficaria com o próprio Fontes Pereira de Melo. Assim, “dos rapazes só escaparia Hintze, que parece ser agora o menino bonito do Sr. Fontes”<sup>(17)</sup>. A verdade é que desde o momento da sua nomeação, o gabinete seria minado por dissensões internas e jogos de bastidores envolvendo algumas das figuras proeminentes do Partido Regenerador.

A 11 de Novembro de 1881, dia de S. Martinho, e sem que nada o fizesse prever, o Ministério caiu. Por não haver razão visível imediata que explicasse o sucedido especulou-se sobre os fundamentos da demissão. Logo correu por Lisboa que as recentes propostas do ministro da Guerra tinham sido mal recebidas pelos colegas, que os resultados das eleições municipais tinham enfraquecido o Partido Regenerador e que se preparava um ministério de reconciliação nacional face à anunciada visita ao país dos reis de Espanha, Afonso XII e Maria Cristina. Os mesmos rumores davam como garantida a Presidência do Conselho para Martens Ferrão, o homem tido como certo para iniciar a obra de aproximação entre todas as facções políticas monárquicas, mas tudo não passava de um embuste.

Nesse dia, à noite, reuniu-se o último Conselho de Ministros liderado por Rodrigues Sampaio para debater a crise política. Quando terminou a reunião, o Presidente do Conselho dirigiu-se a casa de Fontes Pereira de Melo para o informar das decisões tomadas. A 12, o próprio Fontes Pereira de Melo deslocou-se à Ajuda para conferenciar com o Rei. Percebeu-se, então, que o líder dos regeneradores tinha “fingido”, usando a expressão de Mariano de Carvalho, que utilizaria a sua influência para D. Luís chamar Martens Ferrão porque sabia de antemão da recusa deste caso se colocasse semelhante hipótese. Conclusão, Fontes Pereira de Melo tornou-se no novo presidente do Conselho de Ministros. Estávamos perante uma nova “Martinhada”.

Para Mariano de Carvalho, um adepto da “teoria da conspiração”, Fontes Pereira de Melo tinha tudo preparado e a situação só não se tinha precipitado mais cedo porque o válido, de comum acordo com D. Luís, assim não o desejara. O Monarca, alegadamente, teria escrito à rainha Vitória, pedindo o adiamento do Tratado de Lourenço Marques para não colocar Rodrigues Sampaio em dificuldades logo de início<sup>(18)</sup>. O objectivo era dar-lhe

<sup>(17)</sup> *Diário Popular*, de 12 de Outubro de 1881, p. 1.

<sup>(18)</sup> A rainha Vitória encontrava-se pessoalmente empenhada na resolução desta questão. Em Junho de 1881, transferiu Robert Morier, embaixador em Lisboa, para Madrid e nomeou Sir Charles Lennox Wyke como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto da Corte portuguesa, a quem deu instruções claras para apurar qual a orientação diplomática do novo governo português em termos de política colonial, bem como para saber qual a posição de outras potências na mesma temática, pois “you will endeavour to discover the private views of their respective Governments and to procure early information of all affairs”. Livraria Luis Burnay (2007), *Leilão de Manuscritos e Autógrafos*, Lisboa, p. 69.

tempo para que os “governo dos meninos” se desfizesse a si próprio, como de resto veio a acontecer. Esta nova versão da “Martinhada” estava em preparação há muito e o discurso recente que Fontes Pereira de Melo fora fazer ao centro regenerador de Lisboa, defendendo o voto na “lista Cocó” (de Rosa Araújo, alegadamente, adepto da ala “avançada”), não passava de uma artimanha para aparentar uma unanimidade entre os regeneradores que, de todo, não correspondia à realidade. Aos “Bassorras” (de Barros e Sá) sucediam os “Martinhos” (de Fontes Pereira de Melo).

Pouco depois fez-se luz sobre o que, de facto, se teria passado, confirmando-se a existência de divergências profundas entre vários ministros. Segundo *O Correio da Noite*, a queda do Governo tivera uma razão simples. Estando em discussão um projecto de reforma da táctica de cavalaria, pouco pacífica entre as chefias militares, o Ministro da Guerra resolveu consultar os generais, esquecendo-se de falar com o infante D. Augusto, que era general honorário da Arma. D. Luís pediu, então, ao ministro uma reparação pela omissão. Sentindo-se desautorizado, Sanches de Castro manifestou logo a sua intenção de sair do Governo e, em Conselho de Ministros, terá apresentado uma proposta que envolvia a aposentação de alguns coronéis, mas esta não seria bem aceite por Lopo Vaz, trocando ambos palavras azedas. Para turvar ainda mais o ambiente no interior do gabinete, Hintze Ribeiro colocou-se cinicamente ao lado de Lopo Vaz, visto que também existia uma divergência pessoal entre ambos<sup>(19)</sup>.

A 13 de Novembro, Martens Ferrão e Fontes Pereira de Melo deslocaram-se ao Paço. Toda a gente sabia que o Procurador-Geral da Coroa não queria voltar para o Governo. Já o dissera antes e a sua independência política não o permitiria. Só aceitava caso fosse ele a escolher os ministros, primazia garantida a Fontes Pereira de Melo. No dia seguinte, era conhecida a composição do novo executivo. O mesmo Fontes Pereira de Melo, para marcar a sua posição, ficava com Presidência, a Fazenda e a Guerra, neste último caso a título interino; Tomás Ribeiro com o Reino; Júlio de Vilhena com a Justiça; José de Melo Gouveia com Marinha, uma concessão ao que restava da herança avilista, visto que Júlio de Vilhena tinha sido a primeira escolha; António de Serpa com os Negócios Estrangeiros, até porque ainda decorriam negociações em Paris por causa do Tratado de Comércio com a França; e Hintze Ribeiro com as Obras Públicas, o que acabava por ser uma escolha natural dadas excelentes relações políticas deste com Fontes Pereira de Melo e a experiência acumulada na área<sup>(20)</sup>. Lopo Vaz de Sampaio e Melo, o rosto mais visível da chamada “ala avançada” era excluído.

Enquanto ministro das Obras Públicas a acção de Hintze Ribeiro foi vasta e diversificada, nunca descurando a sua terra natal. Começou por autorizar a abertura de um crédito no valor de 50 contos para obras várias no distrito natal de Ponta Delgada, bem como para proporcionar socorros aos pobres afectados pelos estragos provocados em consequência dos

tremores de terra, assim como para auxiliar a Sociedade Agrícola distrital no desenvolvimento de novas culturas.

### O ministro contestado

Entretanto, a 22 de Maio de 1882, começou na Câmara dos Deputados uma importante discussão que marcaria o futuro da agenda política. Na altura, debateu-se o projecto de lei que concedia 135 contos de subsídio a um sindicato constituído, ainda em 1881, com o caucionamento político de Hintze Ribeiro e Lopo Vaz, destinado à construção da ligação ferroviária entre Porto e Salamanca por Barca de Alva ou Vilar Formoso e cujos custos totais orçavam em 2700 contos. Na altura, os ministros das Obras Públicas e da Fazenda pretendiam captar a simpatia dos sectores financeiros da cidade do Porto com objectivos eleitorais e, simultaneamente, neutralizar a influência dos progressistas no Porto, cujas elites não se queriam ver marginalizadas na questão do acesso ferroviário à Europa. Temiam que a inauguração próxima da linha da Beira Alta (a abertura oficial ocorreria a 3 de Agosto de 1882), ligando a Figueira da Foz a Vilar Formoso desviasse o tráfico nortenho para o porto da Figueira de Foz e daí resultasse a paralisação das actividades económicas e começasse a “crescer a erva nas ruas do Porto”<sup>(21)</sup>. O arrastar da polémica no Parlamento, nos jornais e nos comícios, um pouco por todo o País, contribuiu para manchar a imagem imaculada de Hintze Ribeiro. O negócio, na opinião pública, foi entendido como uma manobra financeira especulativa de Fontes Pereira de Melo, Hintze Ribeiro e Henry Burnay. A oposição, que contestava a validade técnica da opção, manifestou-se claramente contra o contrato, que se preparava para subsidiar, em parte, a construção de melhoramentos em Espanha, sem vantagem para os interesses nacionais.

O Governo não saiu completamente incólume deste imbróglio. Ainda antes do final de Maio de 1883, surgiam notícias que davam conta de uma nova crise ministerial. Júlio de Vilhena, em rota de colisão com o nuncio Gaetano Masella, e Hintze Ribeiro deveriam ser substituídos por Lopo Vaz e Pinheiro Chagas, mas nada se confirmaria. Todavia, os regeneradores não se livraram do estigma dos jogos de bastidores, que obrigaram Fontes Pereira de Melo a sucessivas manobras para manter os equilíbrios dentro do ministério e, simultaneamente, no interior do seu partido.

Ainda em Outubro de 1883, as novidades do momento envolviam mais uma crise de confiança protagonizada pelo executivo de Fontes Pereira de Melo. O Chefe do Gabinete, apostado em fazer uma mudança, teria oferecido a pasta da Fazenda a Lopo Vaz, mas este recusou a oferta. Perante a escusa, ter-lhe-ia sido perguntado qual o ministério pretendido, perfilando-se as hipóteses Hintze Ribeiro e António Augusto Aguiar para a Fazenda. Como Lopo Vaz, jogando forte, fez saber que só aceitaria ser ministro do Reino, a sua entrada numa eventual remodelação ficou posta de parte.

<sup>(19)</sup> Lopo Vaz não apreciava particularmente a inteligência política de Hintze Ribeiro. Augusto Fuschini (1899), *O Presente e o Futuro de Portugal*, Lisboa, Companhia Tipográfica, anexos, p. 51.

<sup>(20)</sup> *Diário Popular*, de 14 de Novembro de 1881, p. 1.

<sup>(21)</sup> Homem Cristo (1928), *Monárquicos e Republicanos (apontamentos para a História Contemporânea)*, Porto, Livraria Escolar Progrédior, pp. 163-176.

Para os progressistas, o Governo preparava-se para elaborar uma nova lei de imprensa destinada a “tapar a boca ao jornalismo”, o mesmo é dizer para acabar de vez com as investidas contra o paço, tarefa para a qual Lopo Vaz parecia ser a figura indicada<sup>(22)</sup>. Dias depois, e perante as dificuldades em recrutar sangue novo para o acompanhar, Fontes Pereira de Melo teria, alegadamente, chegado a convidar o progressista João Crisóstomo para a pasta da Guerra, o que atestava o grau de desespero a que o Governo tinha chegado. Não seria necessário mais nenhuma demonstração da sua fraqueza<sup>(23)</sup>.

A 24 de Outubro, finalmente, ficava pronta a nova versão do Executivo registando-se alterações significativas na sua composição. Barjona de Freitas era o novo ministro do Reino, que, assim, entrava numa posição de força política evidente. O seu homem de mão, Lopo Vaz, ficava com a Justiça. A Marinha sobrava para Pinheiro Chagas, cujo nome era desde algum tempo falado, embora, com a oposição de Dias Ferreira, que não queria ver o colega de partido no Governo. Para já, e apesar do despedimento de Júlio de Vilhena, o grupo de Barjona de Freitas saía claramente reforçado.

A reorganização demorou seis dias até ficar concluída. Ainda faltava encontrar um ministro da Fazenda. Não havia muitas alternativas: o jogo das apostas revelava três nomes: Hintze Ribeiro, António Augusto Aguiar e o Conde de Ficalho. O primeiro só ficaria como interino, o segundo recusou o convite e do terceiro não se conhecia posição sobre o assunto. A 23 de Outubro, realizou-se nova reunião para decidir sobre esta matéria, desta vez em casa de Barjona de Freitas, claramente já identificado como o homem forte da remodelação. À última hora lá se conseguiu convencer António Augusto Aguiar a ficar com as Obras Públicas, transitando Hintze Ribeiro para a Fazenda. Fontes Pereira de Melo conservava a Presidência e a Guerra<sup>(24)</sup>. Na prática, estávamos perante um novo governo e não diante de um simples rearranjo de posições.

A trégua entre as facções regeneradoras foi apenas momentânea. O Ministério continuou a ser atravessado por crises internas, indicadoras do conflito entre “avançados” e “oportunistas”, isto é, entre a ala de Barjona de Freitas e a de Fontes Pereira de Melo. Assim, ainda não tinha passado um mês sobre a sua nomeação e já Lopo Vaz se encontrava em contenda aberta com o líder do Governo, a propósito de uma sindicância realizada à prisão do Limoeiro, mas o processo das reformas políticas também se anunciava pouco pacífico. Como não podia apresentar uma opinião diferente da que tinha manifestado anteriormente no seu jornal e no *Correio da Noite*, Pinheiro Chagas opôs-se, igualmente, aos planos de Fontes Pereira de Melo a propósito da organização da Câmara dos Pares. O Ministro da Marinha defendia uma câmara alta aberta ao sufrágio popular, posição que era irreconciliável com as ideias regeneradoras. Sabendo-se de antemão o que o escritor

<sup>(22)</sup> Desde 1878 que os progressistas vinham desenvolvendo uma demasiado agressiva campanha de ataques políticos contra o Rei e Fontes Pereira de Melo. Paulo Jorge Fernandes (2007), *O “Poder Oculto”. Biografia Política de Mariano Cirilo de Carvalho*, dissertação de Doutoramento em História Institucional e Política dos Séculos XIX-XX, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 185-194 e pp. 346-358.

<sup>(23)</sup> *Diário Popular*, de 5 e 7 de Outubro de 1883, p. 1.

<sup>(24)</sup> *Diário Popular*, de 22, 23 e 24 de Outubro de 1883, p. 1.

pensava a este respeito, mais estranho se tornava a opção do Presidente do Conselho em o acolher no seu executivo.

A questão financeira, pelo seu lado, continuou a marcar a ordem do dia. O Ministro da Fazenda propôs a emissão de títulos da dívida externa até ao valor de 18 000 contos. Tratava-se de uma medida que visava consolidar a dívida flutuante acumulada pelo Estado nos últimos anos e combater o défice extraordinário previsto para 1884-1885<sup>(25)</sup>. Dada a situação em que se encontravam as contas públicas e a dívida flutuante, até Mariano de Carvalho reconhecia a oportunidade da proposta de Hintze Ribeiro, anunciando que votaria a medida no Parlamento. Lamentava apenas que o Governo tivesse faltado à promessa de extinção do défice. A oposição reafirmava a sua descrença no expediente. José Luciano de Castro, em São Bento, avisou que “o recurso ao crédito não devia verificar-se senão quando se dessem circunstâncias muito extraordinárias, ou para despesas verdadeiramente reprodutivas; mas estar todos ao anos a recorrer ao crédito para saldar despesas permanentes era um sistema que nos devia levar à ruína”. Ficava feito o aviso<sup>(26)</sup>.

A situação financeira era preocupante e não faltavam as razões para tal. O quadro negro podia ser atribuído à baixa no câmbio com o Brasil; aos efeitos da rede ferroviária espanhola, que nos impunha “uma cinta de ferro”, e contribuía para desenvolver os portos do país vizinho em prejuízo dos portugueses e à baixa na pauta praticada em Espanha. Essencial, era pois, ajustar as tarifas nacionais de modo a garantir condições de concorrência entre os dois países. Mais uma vez, as preferências proteccionistas dos progressistas falavam mais alto. Prioritário deveria ser também regular o modo como as juntas gerais de distrito, as câmaras municipais e as juntas de paróquia haveriam de acorrer às suas despesas.

Pareciam, assim, abertas as hostilidades entre o Ministério e o Partido Progressista próprias das vésperas eleitorais. Em São Bento, Mariano de Carvalho estava disposto a confrontar o Executivo a propósito da reforma das alfândegas e dos serviços aduaneiros. O passo, em véspera de eleições gerais, era demasiado óbvio, sendo uma excelente arma ao serviço da corrupção eleitoral. A aprovação de medidas neste domínio era o equivalente a uma declaração de rompimento do acordo entre progressistas e regeneradores<sup>(27)</sup>.

Hintze Ribeiro, pelo seu lado, prosseguiu a sua carreira como ministro da Fazenda. Esteve para se demitir do cargo em Outubro de 1884 por não concordar com o procedimento do Governador Civil substituto de Lisboa, que tinha presidido à Assembleia-Geral da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses de 13 de Setembro e dado posse à nova administração portuguesa<sup>(28)</sup>. A demissão de Eduardo José Segurado evitou mais uma crise ministerial.

O governante açoriano manteve o ascendente dentro do Governo. A 29 de Janeiro de 1885, anunciou-se a saída de António Augusto de Aguiar da pasta das Obras Públicas. A causa próxima deste abandono estava na eminente derrota do ministro na comissão de

<sup>(25)</sup> Pedro Lains (2002), *História da Caixa Geral de Depósitos, 1876-1910. Política e Finanças no Liberalismo Português*, Lisboa, ICS, p. 149.

<sup>(26)</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 21 de Março de 1884, p. 786.

<sup>(27)</sup> *Diário Popular*, de 20 de Março de 1884, p. 1.

<sup>(28)</sup> *Diário Popular*, de 16, 17 e 18 de Outubro de 1884.



Fazenda, onde se discutia uma proposta sobre obras no Porto de Lisboa. O motivo parecia não ser determinante, o que levou Fontes Pereira de Melo a pressionar o seu ministro para se manter no gabinete, mas este manteve-se firme na decisão. Existia, todavia, uma explicação de fundo para estas movimentações. Para um observador da oposição como Mariano de Carvalho, a partida do constituinte devia-se a pressões de Hintze Ribeiro, que “desde certo tempo desejava a demissão do colega com o qual a maioria andava mal avinda, porque o Sr. Aguiar era muito recalitrante em conceder favores ilegais ou onerosos para o Tesouro”<sup>(29)</sup>.

A resolução desta crise não revelaria surpresas, esperando-se que Fontes Pereira de Melo solucionasse o problema dentro do próprio círculo de fiéis, nomeando Lopo Vaz ou mesmo Hintze Ribeiro para o lugar em aberto<sup>(30)</sup>. Acontece que o primeiro tomou para si as dores de António de Aguiar e bateu, igualmente, com a porta. Perante as novas circunstâncias, admitia-se a demissão de todo o Governo, ficando Fontes Pereira de Melo encarregue de formar outro. Alegadamente, segundo contou o sempre bem informado Mariano de Carvalho, António de Aguiar tinha sido alvo de uma campanha política dentro do próprio ministério para o desacreditar. A “intriga reles” escondia um objectivo, o de castigar o titular das Obras Públicas por não ter sido fiel à antiga administração da CRCFP. Por outras palavras, apesar dos esforços pacificadores de Fontes Pereira de Melo, o Partido Regenerador continuava a viver uma aparente guerra civil interna que minava a solidez das sucessivas combinações governamentais.

O arrastar da situação levou ao aparecimento dos mais desencontrados boatos sobre o assunto. Agora era Hintze Ribeiro que era dado como demissionário, entrando Júlio de Vilhena para o posto. Mariano de Carvalho não resistiu a comparar os tempos de reacção de Fontes Pereira de Melo e Anselmo Braamcamp perante incidentes semelhantes. Quando o Marquês de Sabugosa e João Crisóstomo abandonaram o governo progressista, em Junho e Novembro de 1880, o primeiro por doença e o segundo por desavenças com outros ministros, o Presidente do Conselho progressista procedeu às suas substituições em 24 horas. Agora tinham passado três dias e não havia solução à vista. Como se esperava, no início de Fevereiro, a montanha pariu um rato. Fontes Pereira de Melo reservou o Ministério das Obras Públicas para si, transferindo-se Barjona de Freitas para a pasta da Justiça, que passou a acumular com a do Reino<sup>(31)</sup>. Hintze Ribeiro manteve-se na Fazenda.

A vida política do açoriano enfrentou mais alguns dissabores durante este período. A promulgação da reforma das alfândegas foi particularmente polémica porque concedia o posto de oficial a todos os empregados superiores da Guarda-Fiscal, provocando incómodos nas chefias do Exército, cujos oficiais não queriam ter relações de “parentesco” com a Guarda-Fiscal. A responsabilidade pelo mal-estar sentido nos corpos militares era atribuída

<sup>(29)</sup> Paulo Jorge Fernandes (2007), *O “Poder Oculto”. Biografia Política de Mariano Cirilo de Carvalho*, dissertação de Doutoramento em História Institucional e Política dos Séculos XIX-XX, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 388.

<sup>(30)</sup> *Diário Popular*, de 30 de Janeiro de 1885, p. 1 e *Correio Portuguez*, de 30 de Janeiro de 1885, p. 1.

<sup>(31)</sup> *Diário Popular*, de 1 e 2 de Fevereiro de 1885, p. 1.

deliberadamente a Hintze Ribeiro, mas em última análise a responsabilidade era de Fontes Pereira de Melo, até porque este era o Ministro da Guerra. Mais uma vez, aventou-se a hipótese do ministério pedir a demissão e de surgir um novo, liderado pelo sempre eterno Fontes Pereira de Melo ou por António de Serpa<sup>(32)</sup>.

O Parlamento reabriu as suas portas a 2 de Janeiro de 1886. O Discurso da Coroa, que, na sessão anterior, tinha incidido sobre o anúncio das reformas políticas, desta feita colocava o acento tónico sobre a resolução da questão administrativa e das finanças públicas. Tratava-se, segundo o *Diário Popular*, de uma “oração risível” e que politicamente só podia significar mais impostos, até porque a dívida flutuante já tinha atingido os 11 000 contos<sup>(33)</sup>. O Executivo deveria preocupar-se com assuntos mais sérios e abster-se de dar tiros no pé como o que ocorreu por iniciativa de um deputado regenerador ainda pouco conhecido chamado João Ferreira Pinto Franco Castelo Branco, que tinha apresentado, em 13 de Janeiro de 1886, em São Bento, uma proposta de desanexação do concelho de Guimarães do distrito de Braga, ficando a pertencer ao do Porto, o que originou manifestações de profundo descontentamento na cidade dos arcebispos<sup>(34)</sup>. Os *meetings* passaram a suceder-se no Minho contra a proposta ao som do hino da Maria da Fonte.

José Luciano de Castro, a 20 de Janeiro, aproveitando a oportunidade que lhe era fornecida de mão beijada inquiriu Fontes Pereira de Melo para saber se ele estava ou não de acordo com as ideias do seu deputado<sup>(35)</sup>. Apanhado de surpresa, o Presidente do Conselho não sabia qual a atitude mais correcta a tomar. Pediu tempo para reflectir e anunciou que ia estudar o assunto, adiando a resolução da questão. O novo líder progressista não desarmou o seu ataque, mostrando como o Executivo não era competente para lidar com a contestação minhota, que não dava mostras de acalmar. À evidência, ficava a prova da falta de determinação do Ministério e a sua fraqueza porque era incapaz de restabelecer a

<sup>(32)</sup> *Diário Popular*, de 26-30 de Outubro de 1885, p. 1 e *Correio Portuguez*, de 30 de Setembro de 1885, p. 1. Sobre o assunto ver números seguintes deste último jornal.

<sup>(33)</sup> *Diário Popular*, de 3 e 4 de Janeiro de 1886, p. 1 e *Correio Portuguez*, de 3 de Janeiro de 1886, p. 1.

<sup>(34)</sup> Para conferir a longa história do conflito entre Braga e Guimarães ver Carta de Alberto Sampaio para Oliveira Martins, de 22 de Janeiro de 1886, in A.A.V.V. (1941), *Revista de Guimarães*, Guimarães, Tipografia Minerva Vimaranesense, pp. 26-28.

<sup>(35)</sup> João Franco entrara na política em 1884 ficando desde então nas mais estreitas relações de Hintze Ribeiro. O conflito recente entre Braga e Guimarães começara pouco antes, em fins de Novembro de 1885. Os procuradores de Guimarães na Junta Geral de Distrito eram contrários à criação de novas cadeiras no Liceu de Braga, o que motivou protestos contra e a favor, nas duas cidades, que juntaram alguns milhares de pessoas. A imprensa local exortava os de Guimarães a pedir a separação administrativa, assunto que não era novo por aquelas paragens para desespero das gentes e das autoridades de Braga. Politicamente, para complicar ainda mais a questão, estava em causa o comportamento do governador civil que era nada mais, nada menos, do que o polémico Marquês de Valada, transferido para o Minho, em Dezembro de 1884, numa tentativa de reabilitação do seu nome. Agora, numa atitude provocatória, o Marquês de Valada anunciava que não se demitiria do cargo e que iria ser Governador Civil “enquanto eu quiser, durante todo o tempo que permaneça o Sr. Fontes no poder”. *Diário Popular*, de 29 de Novembro de 1885, p. 1; António Cabral (1927), *Cartas D'El-Rei D. Carlos a José Luciano de Castro. Um Grande Rei – Um Notável Estadista – Memórias Políticas*, Lisboa, Portugal – Brasil Sociedade Editora, pp. 126-131 e Francisco Assis Oliveira Martins (1944), *O Socialismo na Monarquia: Oliveira Martins e a “Vida Nova”*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, pp. 78-82.

ordem pública no Reino<sup>(36)</sup>. Os eventos no Minho acabaram mesmo por custar o lugar ao governador civil, o irreverente Marquês de Valada, demitido em 21 de Janeiro. O cerco apertava-se<sup>(37)</sup>.

Fontes Pereira de Melo não se intimidou e depressa retomaria a iniciativa política por via do seu ministro da Fazenda que, a 6 de Fevereiro, anunciava um pacote de medidas para restaurar a saúde das contas do Estado. Basicamente, propunha-se a extinção das contribuições industrial, bancária, de renda de casas e sumptuária, décima de juros, imposto do rendimento e a taxa adicional de 6%, substituídas por um tributo único denominado contribuição geral mobiliária. Para além disso, prometia-se a reorganização dos serviços da Fazenda em todo o País, a reforma da pauta aduaneira e o agravamento do Real de Água. Depois de tanto esgrimir contra o imposto sobre o rendimento dos progressistas, Hintze Ribeiro vinha agora propor algo de vagamente semelhante, embora com outro nome.

Em simultâneo, mantinham-se tensas as relações entre Braga e Guimarães e nem os bons ofícios do mediador nomeado pelo Governo para dirimir a questão, o regenerador Joaquim Peito de Carvalho, na altura Governador Civil de Lisboa, parecia capaz de acalmar os ânimos e conseguir algum tipo de consenso. A insurreição ameaçava extravasar as fronteiras do Minho, chegando-se a realizar um *meeting*, em Coimbra, em apoio da integridade territorial de Braga. Outros comícios teriam lugar no Porto, Portalegre, Covilhã, Melgaço, Moção e Arcos de Valdevez, mas contra a anunciada subida dos impostos<sup>(38)</sup>.

Estes seriam apenas os primeiros sinais da crise em que o Executivo tinha mergulhado. Todos os dias realizavam-se manifestações no Minho. Peito de Carvalho, na sede de distrito, numa delas chegou a garantir aos presentes que a integridade territorial de Braga seria respeitada, mas o Ministro da Marinha, no Parlamento, a 15 de Fevereiro, veio desautorizar o intermediário, afirmando que este não estaria mandatado para prometer qualquer solução do conflito. Por todo o Reino, não paravam de chegar notícias da realização de mais comícios, sobretudo no Norte, contra e a favor das alterações administrativas. O pacote fiscal de Hintze Ribeiro seria apanhado no meio deste fogo cruzado. “Em poucas semanas estaremos a braços com um movimento muito mais decidido e intenso que em 1868”, profetizava-se na imprensa<sup>(39)</sup>. Apesar de tudo, aos progressistas interessava não tomar posição na questão minhota, sendo da sua conveniência que o Governo resolvesse a contenda de modo a que o executivo seguinte não tivesse de lidar com tão melindroso assunto.

Numa manobra política ao seu estilo, Fontes Pereira de Melo procurou serenar os ânimos e minimizar os danos da crise. Primeiro, propôs a nomeação de José Luciano de Castro como membro do Conselho de Estado, para a vaga aberta em virtude da morte do general

<sup>(36)</sup> *Diário Popular*, de 16, 20 e 24 de Janeiro de 1886, p. 1.

<sup>(37)</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 25 de Janeiro de 1886, pp. 178-184.

<sup>(38)</sup> *Diário Popular*, de 11 de Fevereiro de 1886, p. 1.

<sup>(39)</sup> Desta vez, circularam notícias de *meetings* no Porto, Melgaço, Vinhais, Alfândega da Fé, Vila Nova de Gaia, Bragança, Redondo, Viana do Castelo. *Diário Popular*, de 16 e 17 de Fevereiro de 1886, p. 1 e *Correio Portuguez*, de 16 de Fevereiro de 1886, p. 1.

Carlos Maria de Caua<sup>(40)</sup>. Depois, entre 15 e 17 de Fevereiro, visitou o Rei na Ajuda para tentar a prorrogação das Cortes. O chefe do Executivo procurava passar a ideia de que não cedia às pressões populares, reunindo também com os comandantes da guarnição militar de Lisboa para saber com que forças poderia contar em caso de necessidade. Na tarde de 17 de Fevereiro regressou ao paço, reunindo-se, seguidamente, com os seus ministros até às 4h00 da manhã. Ainda tentou convencer Hintze Ribeiro a retirar as suas propostas da Fazenda, mas este recusou-se a ceder, apresentando a sua resignação ao cargo, no que seria acompanhado pelo Ministro da Marinha<sup>(41)</sup>. Barbosa du Bocage evocou motivos da sua saúde pessoal e uma má relação com a imprensa que, desde os finais do ano anterior, o acusava de andar a esbanjar dinheiros públicos em Angola, onde teria negociado um contrato para o abastecimento de água a Luanda em condições pouco vantajosas<sup>(42)</sup>.

### A questão da sucessão na liderança do Partido Regenerador

Sem soluções políticas para a crise e com o Norte do reino levantado contra os impostos, o presidente do Conselho pediu a demissão<sup>(43)</sup>. Dois dias depois explicaria no Parlamento as razões da sua queda. Tentou pedir um adiamento das sessões a D. Luís para acalmar “as paixões irritadas”, mas não conseguiu convencer o Rei. Vendo-se sem a confiança da Coroa, não teve alternativa. As sucessivas idas ao Paço implicaram uma série de combinações cujo alcance seria perceptível pouco depois. Cinco anos mais tarde, era a vez dos progressistas regressarem ao “carrossel governamental”<sup>(44)</sup>.

Apesar do final atribulado da experiência governativa, no dizer de Anselmo de Andrade, Hintze Ribeiro pela sua competência e seriedade era já considerado o ministro predilecto de Fontes Pereira de Melo<sup>(45)</sup>. A sua experiência no Governo, entre 1881 e 1886, assegurou-lhe o futuro da carreira política. A 1 de Janeiro de 1886 uma Carta Régia nomeou-o Par do Reino.

Entretanto, o ritual da apresentação do novo ministério decorreu em ambas as câmaras do parlamento. Na dos Pares, Fontes Pereira de Melo reagiu sobre os últimos acontecimentos.

<sup>(40)</sup> Tratava-se de um sinal de Fontes Pereira de Melo no sentido em que aceitava José Luciano de Castro, na qualidade de chefe dos progressistas, como líder do próximo governo dentro da lógica rotativa. Fernando Moreira (1992), *José Luciano de Castro. Itinerário, Pensamento e Acção Política*, Vol. I, dissertação de mestrado em História dos Séculos XIX-XX (Secção do Século XIX), Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 168, policopiado; Pedro Tavares de Almeida (1995), *A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na “Regeneração” (1851-1890)*, dissertação de doutoramento em Sociologia Política, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 37-44, policopiado e *Idem* (2006), “O Conselho de Estado na Monarquia Constitucional: uma reflexão preliminar”, Centro de História da Cultura, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, p. 199, nota 12.

<sup>(41)</sup> Em causa estava a restauração do imposto do Real de Água, a alteração do imposto sobre o rendimento, a modificação do imposto sobre o consumo e a remodelação das pautas aduaneiras.

<sup>(42)</sup> *Diário Popular*, de 31 de Dezembro de 1885, p. 1.

<sup>(43)</sup> Todos os dias acumulavam-se informações sobre mais *meetings* e representações contra os impostos oriundas de Braga, Viseu, Mogadouro, Monção, Porto, Arganil, Vila Nova de Gaia e Barcelos.

<sup>(44)</sup> *Maria Rita*, de 25 de Fevereiro de 1886, pp. 260-261.

<sup>(45)</sup> Anselmo de Andrade (1929), *Alguns Homens Ilustres de Portugal*, Lisboa, p. 123.

Escusando-se a explicar detalhes sobre a queda do seu governo, o regenerador recusou-se a assumir que a mesma fora motivada pela questão da reacção nacional às medidas da Fazenda proposta por Hintze Ribeiro, escudando-se, em alternativa, na questão minhoto. O seu partido iria fazer oposição sem ser faccioso. O chefe dos regeneradores, um pouco inesperadamente, reconheceu publicamente algum talento aos novos ministros, aguardando os seus actos para os poder julgar “sem embaraços nem estorvos”. A nota de polémica só seria introduzida quando o antigo chefe do gabinete afirmou que os seus sucessores só foram guiados àquela situação “por força das circunstâncias”, considerando a nomeação dos progressistas fruto do acaso.

O Conde de Valbom respondeu por estes, desdizendo Fontes Pereira de Melo e apontando como verdadeira razão da mudança política a questão da Fazenda. O que para uns não tinha passado de um detalhe mal resolvido, para outros escondia um problema de fundo bem mais grave e que radicava no crónico défice das contas públicas e nas alternativas para estabelecer o seu equilíbrio. O novo ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho, voltou à carga para abrir um pouco a porta sobre o que pensava sobre este assunto. Convicto de que a situação legada pela administração Anselmo/José Luciano, em 1881, era mais desafogada do que a agora por si herdada, declarou que os progressistas não renunciavam ao aprofundamento das reformas políticas, mas preferia colocar o acento tónico sobre o tema financeiro<sup>(46)</sup>.

Ao contrário do que havia tentado anteriormente Barros Gomes, reconhecia que o País ainda não estava preparado para ser confrontado com o pagamento do imposto sobre o rendimento, recusando-se a alimentar tal ilusão. Da mesma forma, parecia-lhe pouco oportuno insistir nas medidas anunciadas por Hintze Ribeiro, cuja contestação não queria ver repetida. Para já e sem anunciar quaisquer planos financeiros de fundo, que “só devem ser conhecidos quando completos”, declarava que iria proceder a uma nova organização dos serviços da Fazenda e que se propunha remodelar a forma como os impostos passariam a ser cobrados em Lisboa e nos principais centros urbanos do Reino, onde se concentrava a maior riqueza. O seu desejo era o de claramente melhorar o processo de arrecadação das contribuições, tentando diminuir uma falha clássica dos serviços públicos a este nível, e acabar com a dívida flutuante. Numa linha de pensamento expressa em termos diferentes do que havia feito José Luciano de Castro na Câmara dos Deputados, Mariano de Carvalho contentava-se primeiro com a realização das economias e só depois se poderia pensar em lançar mais impostos sobre a população e pedir sacrifícios aos contribuintes<sup>(47)</sup>.

O novo responsável pela Fazenda tornou mais claras as suas ideias iniciais: revogar a pauta proposta por Hintze Ribeiro, apresentando outra no seu lugar, abolir o imposto sobre o sal e apoiar a realização de um inquérito agrícola para avaliar a situação em que se encontrava o sector. Em termos políticos, Mariano de Carvalho acusava directamente os

<sup>(46)</sup> Paulo Jorge Fernandes (2007), *O “Poder Oculto”. Biografia Política de Mariano Cirilo de Carvalho*, dissertação de Doutoramento em História Institucional e Política dos Séculos XIX-XX, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 436-500.

<sup>(47)</sup> *Diário Popular*, de 24 de Fevereiro de 1886, p. 1 e *Correio Portuguez*, de 24 de Fevereiro, de 1886, p. 1.

regeneradores de apenas terem atendido à questão do Tesouro, esquecendo os problemas concretos do país real e da economia.

Para começar e, um pouco demagogicamente, não havia medida que granjeasse mais popularidade ao Executivo do que a derrogação da contribuição sobre o sal. Era por aí que Mariano de Carvalho iria iniciar o seu caminho. O dito imposto, lançado pelo governo anterior, atingia, sobretudo, os mais pobres e em particular, a classe piscatória do Algarve, onde boa parte da população vivia da pesca e, conseqüentemente, da salga. Acontece que depois de introduzido esse tributo, os pescadores da região, pelo elevado preço que atingia o produto nacional, viam-se na contingência de usar sal espanhol, o que, ainda assim, fez subir o preço do peixe, contribuindo para agravar as condições de vida das famílias dependentes desta indústria.

Entretanto, o Reino era sobressaltado com a notícia da morte repentina e “de improviso” de Fontes Pereira de Melo, a 22 de Janeiro<sup>(48)</sup>. O anúncio era tão surpreendente como inesperado, uma vez que o falecido tinha assumido, recentemente, a direcção dos trabalhos eleitorais do seu partido e preparava-se para encetar uma campanha de oposição ao Executivo. O seu desaparecimento simbolizava o fim da geração de políticos que tinham construído a Regeneração<sup>(49)</sup>. Por momentos, amigos e adversários esqueceram rivalidades antigas e irmanaram-se nas homenagens a um dos governantes mais marcantes da história do constitucionalismo monárquico.

O falecimento do líder regenerador iria abrir uma crise partidária sem precedentes no interior da sua força política. Contava-se que à hora da morte as suas últimas palavras teriam sido, “faço falta”. Faria, sobretudo, aos correligionários, órfãos no comando das suas fileiras e que agora teriam de encontrar um substituto para o chefe. Depois do funeral, a imprensa governamental logo levantou o problema dado o excesso de candidatos à sucessão. Andrade Corvo, António de Serpa, Barjona de Freitas, Hintze Ribeiro, Tomás Ribeiro, Lopo Vaz e Martens Ferrão eram as principais figuras apontadas como favoritas. Até José Luciano vaticinava que a tarefa não seria fácil dada a abundância de pretendentes<sup>(50)</sup>.

A “velha guarda”, representada por Martens Ferrão, encontrava-se “exausta” e pouco motivada para protagonizar uma liderança a sério. Para além disso, o seu candidato natural, depois de sair da Procuradoria-Geral da Coroa, tinha sido colocado como embaixador no Vaticano, tendo tornado público que não pretendia regressar à política activa. Andrade Corvo, pelo seu lado, também era já avançado na idade, não sendo recomendável para a posição por tal facto. José de Melo Gouveia, outro dos nomes possíveis, não tinha valor suficiente para assumir as funções em questão. Pelo seu lado, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, o verdadeiro número dois do partido, preferia manter-se na sombra apoiando taticamente

<sup>(48)</sup> Anónimo (1903), *O Programa do Sr. João Franco: comentário em artigos publicados no jornal A Tarde*, Lisboa, Tipografia da Rua da Barroca, p. 90.

<sup>(49)</sup> Bernardino Machado (1904), *Conferências Políticas*, Coimbra, Typographia Democrática, p. 10.

<sup>(50)</sup> Francisco Assis Oliveira Martins (1944), *O Socialismo na Monarquia. Oliveira Martins e a “Vida Nova”*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, pp. 142-148 e Carta de José Luciano de Castro para Oliveira Martins, de 25 de Janeiro de 1887, in Fernando José Grave Moreira (org.) (1998), *José Luciano de Castro: Correspondência Política (1858-1911)*, Lisboa, Quetzal Editores, pp. 231-233.

António de Serpa<sup>(51)</sup>. Barjona de Freitas mantinha as suas velhas aspirações intactas, embora sem suporte nos bastidores. Já Hintze Ribeiro contava com o apoio de João Franco e de seus amigos (Manuel Vaz Preto, João Marcelino Arroio e João Pinto dos Santos), que procuravam posicionar-se de modo a influenciar a escolha em curso. Estes até tinham um plano de recurso preparado, uma vez que, caso a candidatura isolada do açoriano levantasse muitas resistências, estavam na disposição de aceitar uma “chefatura” bicéfala a meias com Martens Ferrão, um pouco à semelhança da experiência progressista, em 1876, mas a ideia não recolheu apoios suficientes e morreria por aí<sup>(52)</sup>. Havia, no entanto, já quem considerasse que o futuro do partido passaria, mais cedo ou mais tarde, por Hintze Ribeiro, mas apenas a sua juventude, não a sua falta de experiência política – na altura contava apenas 37 anos – impedia que alimentasse outras ambições. Ainda assim, construiu apoios e começou a desenhar alianças<sup>(53)</sup>.

Dados estes alinhamentos, a disputa anunciava-se, portanto, entre Barjona de Freitas e António de Serpa Pimentel. O primeiro, apesar de se lhe reconhecerem lucidez e habilidade políticas suficientes para o exercício do cargo em questão, ao contrário, por exemplo do que se passaria com Hintze Ribeiro, apresentava como factor negativo a circunstância de “não ter a linha”, isto é, nunca fora visto verdadeiramente como um potencial herdeiro de Fontes Pereira de Melo, que não preparou a sua sucessão<sup>(54)</sup>. Barjona de Freitas continuava demasiado preso à imagem de chefe da facção “avançada” da Regeneração, ainda por cima já desavindo com Lopo Vaz, o real número dois dos regeneradores por esta altura.

Já António de Serpa exibia outro tipo de fraquezas e vantagens. O seu principal óbice residia na imagem que tinha deixado na última passagem pela pasta da Fazenda e que ainda subsistia (1878-1879), atribuindo-se à sua acção uma das principais causas da queda desse ministério. Seria difícil a alguém importante como Hintze Ribeiro, entre outros, aceitar tal solução, visto que a relação entre os dois “marechais” regeneradores nunca tinha sido pautada pelo melhor entendimento desde esse tempo e por tais motivos. Para além disso, António de Serpa era o redactor principal do *Jornal do Comércio*, pelo que a sua eleição iria acentuar, independentemente da sua vontade, a ligação entre o partido e interesses financeiros bem identificados e que uma parte da sua família política questionava.

Depois restava a personalidade de cada um. António de Serpa era visto como um homem que tinha dificuldades em dizer não aos pedidos que lhe faziam, o que não seria

<sup>(51)</sup> Augusto Fuschini (1896), *Liquidações Políticas: vermelhos e azues*, Lisboa, Companhia Typographica, p. 75 e p. 81.

<sup>(52)</sup> Segundo o próprio João Franco, o Partido Regenerador via-se retalhado entre três facções: a de Lopo Vaz, a de Barjona de Freitas e a de Hintze Ribeiro. O seu grupo apoiava este último, encontrando-se, de momento, a “contar espingardas” entre deputados e pares. Contavam atrair a influente voz de Pinheiro Chagas para o seu lado. Carta de João Franco a João Pinto dos Santos, de 8 de Fevereiro de 1887, in José Lopes Dias (1971), *Cartas Políticas do Conselheiro João Franco ao Dr. João Pinto dos Santos*, Separata de *Estudos de Castelo Branco – Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, Gráfica de São José, pp. 18-19.

<sup>(53)</sup> José Bruno Carreiro (1949), “Hintze Ribeiro”, *Insulana*, V (3-4), Ponta Delgada, p. 173.

<sup>(54)</sup> Augusto Fuschini (1896), *Liquidações Políticas: vermelhos e azues*, Lisboa, Companhia Typographica, p. 80.

a característica mais recomendável para um chefe partidário. A ser escolhido, António de Serpa seria sempre uma figura de transição, alguém que faria a “ponte”, até que Hintze Ribeiro ou Lopo Vaz, os únicos da “guarda nova” com “estatura” para aspirarem ao lugar, se decidissem a tomar conta da casa. O açoriano ainda não dominava inteiramente a máquina do partido e tinha como principais aliados algumas das caras mais antigas do mesmo, pelo que representava o passado, mas era uma pessoa descrita como equilibrada e com a vantagem de ter uma capacidade de trabalho acima da média. Era o sucessor natural de Fontes Pereira de Melo. Já Lopo Vaz era tido como mais inteligente e melhor conhecedor do aparelho partidário, embora fosse visto como indolente e algo preguiçoso. Tinha a seu favor o facto de arrastar consigo a gente mais nova da Regeneração<sup>(55)</sup>, pelo que representava o futuro. Hintze Ribeiro, como Fontes Pereira de Melo, daria ao partido uma “organização autocrática”, enquanto Lopo Vaz lhe emprestaria uma “organização democrática”, de acordo com os seus próprios antecedentes políticos. Seja como for, os regeneradores enfrentavam um dilema para o qual não se haviam preparado convenientemente<sup>(56)</sup>. O partido ameaçava desintegrar-se<sup>(57)</sup>.

A passividade dos regeneradores durante o debate do orçamento, em 1887, ficou a dever-se, obviamente, à orfandade que se registava na sua liderança. Para obstar a esta situação, os notáveis do partido reuniram-se em casa de Barbosa du Bocage para concluir sobre a urgência de eleger um novo chefe, posição que foi contrariada por Hintze Ribeiro, que não revelava ter pressa. António de Serpa, Casal Ribeiro e Barros e Sá faltaram ao encontro, acabando os presentes por mostrar alguma preferência pela figura de Andrade Corvo como a mais indicada e consensual para o dito lugar, mas, dias depois, o nome de António de Serpa começou a ganhar natural consistência, alegadamente por influências e movimentações atribuídas a Henry Burnay, proprietário do *Jornal do Comércio*, onde o mesmo António de Serpa servia de redactor principal<sup>(58)</sup>.

Ainda antes do final de Maio de 1887, Barjona de Freitas, percebendo quais eram as suas reais hipóteses de vir a ser o escolhido, decidiu avançar por conta própria e consumou a ruptura com a linha aparentemente dominante no interior do seu partido, abrindo um cisma entre os regeneradores. O anúncio da separação foi feito por Marçal Pacheco em pleno Parlamento, quando declarou que o antigo ministro se assumia como líder da ala liberal do Partido Regenerador e que este “estava morto”<sup>(59)</sup>. Era o primeiro passo na direcção da criação da chamada Esquerda Dinástica. Tratava-se, finalmente, de promover a autonomização política da “unha preta” regeneradora. Para além do referido Marçal Pacheco, Barjona de Freitas, que não concordava com o caminho que o seu partido se

<sup>(55)</sup> Augusto Fuschini (1896), *Liquidações Políticas: vermelhos e azues*, Lisboa, Companhia Typographica, p. 75.

<sup>(56)</sup> *Novidades*, de 25 de Janeiro de 1887, p. 1.

<sup>(57)</sup> Augusto Fuschini (1896), *Liquidações Políticas: vermelhos e azuis*, Lisboa, Companhia Tipográfica, pp. 80-81.

<sup>(58)</sup> *Diário Popular*, de 22 e 30 de Abril de 1887, p. 1.

<sup>(59)</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 1 de Agosto de 1887, pp. 2245-2248 e Eduardo de Noronha (1913), *Vinte e cinco anos nos bastidores da Política*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, pp. 133-134.

preparava para iniciar<sup>(60)</sup>, ameaçava levar consigo algumas figuras de valor e “homens não só notáveis pelas suas aptidões, mas com preponderância e influência na província, representando uma verdadeira e incontestada força”. Até já tinham um órgão da imprensa para responder pelas suas pretensões, um pequeno jornal chamado *Notícias da Noite*. Os progressistas duvidavam que a secessão ficasse por aqui. Era cada vez mais nítido quem seria o herdeiro político de Fontes Pereira de Melo, mas a escolha estava longe de ser consensual. António de Serpa perfilava-se agora como o principal candidato ao posto, recolhendo o importante apoio de Henry Burnay, mas Hintze Ribeiro e Lopo Vaz não partilhavam tal entusiasmo, ainda que publicamente lhe promettessem cooperação<sup>(61)</sup>.

O conclave para a entronização de António de Serpa Pimentel como chefe do Partido Regenerador aconteceu no domingo, 19 de Junho de 1887, sendo Barbosa du Bocage, novamente, o anfitrião. O novo líder abandonou as suas funções redactoriais na direcção do *Jornal do Comércio*, embora contasse com o suporte indefectível do seu financiador principal, Henry Burnay. A sessão de investidura, à qual estiveram presentes doze notáveis do partido<sup>(62)</sup>, não contou com a comparência de alguns nomes históricos como Andrade Corvo e Tomás Ribeiro. Este último, por carta, deu a conhecer a sua intenção de se manter à parte da escolha, conservando assim alguma independência dentro do partido<sup>(63)</sup>.

Barjona de Freitas, que pretendia que se adiasse a decisão, também esteve presente, declarando sem rodeios que não concordava com a resolução tomada, no que foi acompanhado pelos pares e ex-ministros Jaime Moniz e Sanches de Castro<sup>(64)</sup>. Simbolicamente, Pereira Ganhado, o sobrinho de Fontes Pereira de Melo ligou-se, igualmente, à Esquerda Dinástica e até a *Revolução de Setembro* se pronunciou a seu favor. No Porto, José Guilherme Pacheco, o “Janizaro de Paredes” e um dos principais traficantes de influências dos regeneradores no Norte do país, também se preparava para aderir à facção de Barjona de Freitas, que contava com as adesões de Marçal Pacheco e Venceslau de Lima. Dos nomes mais sonantes que restavam, Serpa Pimentel reunia apenas o apoio de Lopo Vaz e Hintze Ribeiro, mas até estes estavam mais interessados em discutir entre si quem seria o futuro ministro do reino do próximo governo do que em prestar obediência ao novo chefe. Aparentemente, nesta disputa, Lopo Vaz levava vantagem, mas o açoriano podia

<sup>(60)</sup> Anónimo (1903), *O Programa do Sr. João Franco: comentário em artigos publicados no jornal A Tarde*, Lisboa, Tipografia da Rua da Barroca, p. 91 e Eduardo de Noronha (1913), *Vinte e cinco anos nos bastidores da Política*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, pp. 133-134.

<sup>(61)</sup> *Correio Portuguez*, de 27 de Maio de 1887, p. 1.

<sup>(62)</sup> Estiveram presentes Barbosa du Bocage, António de Serpa, Barjona de Freitas, Jaime Moniz, Sanches de Castro, Lopo Vaz, Hintze Ribeiro, Couto Monteiro, Pinheiro Chagas, Manuel da Assunção, Júlio de Vilhena e António Augusto de Aguiar. *Diário Popular*, de 20 de Junho de 1887, p. 1.

<sup>(63)</sup> Anónimo (1903), *O Programa do Sr. João Franco: comentário em artigos publicados no jornal A Tarde*, Lisboa, Tipografia da Rua da Barroca, p. 91.

<sup>(64)</sup> No total e para já, Barjona de Freitas era acompanhado por 12 deputados – o equivalente a exactamente 1/3 da bancada parlamentar regeneradora – e 3 pares do reino. Frederico Arouca ainda tentou dissuadir Barjona de Freitas de prosseguir com a cisão, mas de nada valeram os seus argumentos. *Correio Portuguez*, de 21 e 22 de Junho de 1887, p. 1 e Eduardo de Noronha (1913), *Vinte e cinco anos nos bastidores da Política*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, pp. 183-184.

apresentar um trunfo de peso a seu favor – o apoio incondicional de Vaz Preto. A imprensa progressista arriscava um vaticínio: o próximo titular da pasta do Reino seria o verdadeiro líder do Partido Regenerador.

## Conclusão

Ernesto Hintze Ribeiro não foi o Ministro do Reino do governo seguinte. Todavia, tal circunstância não lhe minou a reputação de seriedade e honestidade que já tinha adquirido. Para a sua estratégia de afirmação pessoal até terá sido benéfico não ter sido chamado para funções executivas em tempos tão conturbados. Em breve, voltaria a desfrutar da sua oportunidade para se afirmar como principal candidato à liderança do seu partido, tarefa facilitada pela morte prematura de Lopo Vaz de Sampaio e Melo, em Março de 1892.

Os anos inaugurais da vida pública de Hintze Ribeiro, iniciada em 1878 com a admissão ao Parlamento em representação de um círculo insular, revelaram uma ambição determinada para se declarar no futuro como um dos principais chefes do liberalismo português. Hesitante, por momentos, sobre qual o rumo a adoptar, depressa se apercebeu que seria junto dos regeneradores que a sua carreira tomaria uma orientação certa. Inteligente, trabalhador e politicamente hábil, Hintze Ribeiro fez-se notar pelas suas muitas capacidades junto de quem contava. Aproximou-se, então, de Fontes Pereira de Melo, apesar de ter entrado na vida partidária pela porta de uma facção contrária à linha dominante na altura, mais contagiado por velhas solidariedades do tempo de estudante em Coimbra do que por razões tácticas ou ideológicas.

Conservador nas posições políticas e na postura pública, as suas aptidões levaram-no depressa a funções ministeriais, que exerceu com competência. Admiravam-lhe as convicções. Um dia, o rei D. Luís dissera-lhe: “Você, Hintze, é mais monárquico do que eu.” Durante a sua primeira passagem pelo ministério, não se absteve de tomar partido nas lutas de guerrilha interna que atravessaram o partido a que era afecto e que testemunhou de um lugar privilegiado. Soube gerar os apoios necessários para se posicionar num lugar de destaque quando surgisse a oportunidade. A morte inesperada de Fontes Pereira de Melo, em 1887, proporcionou-lhe a primeira contagem de espingardas para os combates que se avizinhavam. Nesse momento, e apesar da sua juventude, não lhe faltava já experiência no Parlamento, nos Conselhos da Coroa ou nos bastidores das reuniões partidárias. Não foi o escolhido para suceder ao chefe, mas era já nele que muitos reconheciam o futuro do partido e da política portuguesa. Não se enganariam.